



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Reunião: ORDINÁRIA - Nº 3/2022 - Plenário - 29/03/2022 das 18:00 as 23:00

Decisão: 127/2022

Referência: 2628470/2021 - Auto: 49058/2021

EMENTA: a penalidade aplicada pelo auto de infração - FALTA DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA - por infração ao(a) Art. 59 da Lei 5194/66; art. 73 da Lei 5194/66 combinado com art. 2º da Lei 6619/78.

DECISÃO

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunido em 29 de março de 2022, analisando o relato e voto fundamentado do(a) conselheiro(a) Douglas Alberto Rocha De Castro, objeto de solicitação de processo fiscal-relatório fiscal, Considerando o disposto no art. 59 da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que: "Art. 59 - As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta Lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico." Considerando o disposto no art. 1º da Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, estabelece que: "Art. 1º - O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros." Considerando que empresa está inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ 37.220.468/0001-00 sendo suas atividades econômicas, dentre outras: "(...) 33.12-1-02 - Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle. 33.12-1-03 - Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação. 33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especifica dos anteriormente. (...)" Considerando que empresa autuada regularizou em parte o fato gerador, a partir da emissão CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURÍDICA Nº 981030/2021, não sendo indicado responsável técnico legalmente habilitado, com atribuições condizentes para estes fins. CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO Nº 235/75 do Confea, a qual Discrimina as atividades profissionais do Engenheiro de Produção: Art. 1º - Compete ao Engenheiro de Produção o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º da Resolução nº 218, de 29 JUN 1973, referentes aos procedimentos na fabricação industrial, aos métodos e seqüências de produção industrial em geral e ao produto industrializado; seus serviços afins e correlatos. CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO Nº 218/1973 do Confea, a qual Discrimina as atividades profissionais do Engenheiro Mecânico: Art. 12 - Compete ao ENGENHEIRO MECÂNICO ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE ARMAMENTO ou ao ENGENHEIRO DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE MECÂNICA: I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a processos mecânicos, máquinas em geral; instalações industriais e mecânicas; equipamentos mecânicos e eletro-mecânicos; veículos automotores; sistemas de produção de transmissão e de utilização do calor; sistemas de refrigeração e de ar condicionado; seus serviços afins e correlatos. Considerando que o fato gerador consistiu, portanto, na "FALTA DE REGISTRO - PESSOA JURÍDICA", com base no Art. 59 da Lei Federal nº 5.194/66, resultando na lavratura do Auto de Infração 49058/2021, lavrado em 09/07/2021, sendo originada de ação fiscalizatória tipo PLANEJAMENTO. "Referente à pessoa jurídica constituída para exercer atividades técnicas afetas ao sistema Confea/Crea, sem possuir registro neste Crea-AM com profissional responsável legalmente habilitado, prestando serviços de manutenção de refrigeração/PMOC bem como Manutenção Preventiva e Corretiva em Sistema de Gases Medicinais, no hospital Beneficente Portuguesa, localizado na Av. Joaquin Nabuco, 1359, centro, Manaus-AM." CONSIDERANDO, assim, que a empresa desenvolve atividades no ramo da Engenharia Mecânica e que, portanto, deve registrar-se no Crea-AM por realizar serviços nesta jurisdição, como ainda, possuir profissional legalmente habilitado, com atribuições condizentes para estes fins. considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator deste Plenário, **DECIDIU** por unanimidade, pela MANUTENÇÃO da penalidade aplicada no Auto de Infração nº 49058/2021, lavrado em desfavor da pessoa jurídica "PPTECH - SERVIÇOS DE ENGENHARIA", em face à irregularidade "FALTA DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA" - INFRAÇÃO AO ART. 59 DA LEI FEDERAL Nº 5.194/66, devendo a autuada regularizar o fato gerador indicando profissional legalmente habilitado, com atribuições condizentes aos seus objetivos sociais, bem como, efetuar o pagamento da multa cabível, corrigida na forma da Lei. Decisão proferida na 552ª Sessão Ordinária de Plenário do Crea-AM. Presidiu a reunião o senhor **Afonso Luiz Costa Lins Junior**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Afonso Ferreira Bernardes, Amarildo Almeida De Lima, Arlindo Pires Lopes, Audinei Lima Leite, Daniel Pinto Borges, Dinilson Bandeira Robert, Douglas Alberto Rocha De Castro, Eirle Gentil Vinhote, Janeth Fernandes Da Silva, Jose Augusto Bezerra De Abreu, Jossandra Alves Damasceno, Luis Antonio De Araujo Pinto, Mesaque Silva De Oliveira, Raimundo Humberto Cavalcante Lima, Samir Oliveira Salles, Silfran Rogerio Marialva Alves (suplente), Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes. Não houve voto contrário. Não houve abstenção.

Cientifique-se e cumpra-se.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

Rua Costa Azevedo, 174, Centro - Manaus-AM

Tel: + 55 (92) 2125-7120 Fax: + 55 (92) 2125-7122 E-mail: faleconosco@crea-am.org.br



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Manaus, 29 de março de 2022.

AFONSO LUIZ COSTA LINS JUNIOR
Presidente do Plenário